

MÍDIA FEMINISTA NEGRA: Uma Análise das Narrativas Interseccionais Produzidas no *Kilombas Podcast*

Suewellyn Cassimiro Sales
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará.
Bolsista CAPES.
suecassimiro@alu.ufc.br

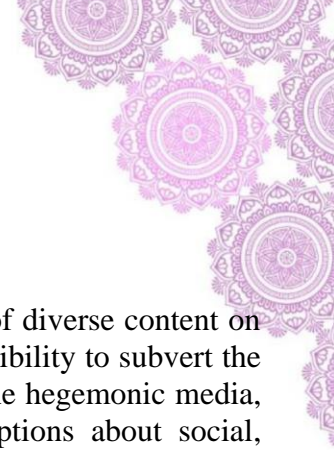
Patrícia de Souza Nunes
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista FACEPE.
patricia.nunes@ufpe.br

Simpósio Temático nº 04 – Arte, Gênero e Sexualidade: Gramáticas de Resistência e Existências Dissidentes

RESUMO

O *podcast* tem se tornado cada vez mais popular, no Brasil, para a disseminação de conteúdos diversos na *internet*. Nesse cenário, grupos silenciados têm se apropriado dessa possibilidade para subverter a lógica de opressão. Mulheres negras, em especial, que não possuem vozes na mídia hegemônica comunicam nesses espaços incômodos, revelam inquietações e percepções acerca de problemas sociais, políticos e econômicos que vivenciam. A partir dessa perspectiva, neste artigo recorreremos à teoria interseccional para analisar o *Kilombas Podcast*, um programa feito por mulheres negras do Ceará que debate pautas do feminismo negro, do racismo e das desigualdades sociais. Criado em 2019, a programação conta com 48 episódios produzidos e disponíveis no *Spotify* e no *Google Podcasts*. Partimos do pressuposto de que o *Kilombas* se insere na perspectiva interseccional e de educação feminista. Assim, realizamos uma análise descritiva recorrendo à noção de escrevivência de Conceição Evaristo (2008), acionamos pensadoras do feminismo negro como Akotirene (2019), Ribeiro (2019), Lorde (2020) e Collins (2021) com as noções de lugar de fala, interseccionalidade e ressignificação do uso da raiva. Buscamos pensar o programa enquanto pedagogias culturais que visam a construção de sentido e de subjetividades de mulheres negras, a partir de Wortmann e Marques (2021). Consideramos que o *Kilombas Podcast* cumpre com a proposta de promover um refúgio, um “quilombo virtual” onde se fala de assuntos do cotidiano que são caros às mulheres negras.

Palavras-chave: Mídia. Feminismo negro. Interseccionalidade. Pedagogia cultural. *Kilombas Podcast*.



ABSTRACT

The podcast has become increasingly popular in Brazil for the dissemination of diverse content on the Internet. In this scenario, silenced groups have taken advantage of this possibility to subvert the logic of oppression. Black women, in particular, who do not have a voice in the hegemonic media, communicate in these uncomfortable spaces, revealing concerns and perceptions about social, political, and economic problems they experience. From this perspective, in this article we turn to Intersectionality to analyze Kilombas Podcast, a program made by black women from Ceará that debates agendas of black feminism, racism, and social inequalities. Created in 2019, the program has 48 episodes produced and available on Spotify and Google Podcasts. We start from the assumption that Kilombas falls within the intersectionality and feminist education perspective. Thus, we conduct a descriptive analysis drawing on Conceição Evaristo's (2008) notion of "escrivência", trigger black feminist thinkers such as Akotirene (2019), Ribeiro (2019), Lorde (2020) and Collins (2021) with the notions of place of speech, intersectionality and resignification of the use of rage. We seek to think of the program as cultural pedagogies that aim to construct meaning and subjectivities of black women, drawing on Wortmann and Marques (2021). We consider that Kilombas Podcast fulfills the proposal of promoting a refuge, a "quilombo virtual" where we talk about everyday issues that are dear to black women.

Keywords: Media. Black feminism. Intersectionality. Cultural pedagogy. Kilombas Podcast.

INTRODUÇÃO

As marcas da escravidão no Brasil são indeléveis e um de seus desdobramentos é o racismo estrutural e estruturante que, de acordo com a filósofa Djamila Ribeiro (2019), consiste em uma estrutura fundamental das relações sociais, responsável por criar desigualdades e abismos em um sistema de opressão que nega direitos. Dentro desse contexto, ressaltamos que a mídia¹ tem o poder de criar símbolos e identidades, de desenvolver assimilações acerca de temas, culturas, grupos. E com as mulheres negras não é diferente. Na realidade, com estas, a narrativa hegemônica é ainda mais cruel, negativa, pejorativa, hiperssexualizada.

E, para situar o cenário de desigualdade deste grupo no país, trazemos, nesta introdução, ideias e estudos de pesquisadores e pesquisadoras em comunicação e áreas afins. Estas referências, nesta seção e em sua maioria, extraímos das Bibliotecas de Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM).

¹ Neste artigo, empregamos a palavra *mídia* como todo suporte de difusão da informação que constitui um meio intermediário de expressão capaz de transmitir mensagens; como o conjunto dos meios de comunicação social de massas, entre eles o rádio, o cinema e a televisão.

No artigo *A invisibilidade da mulher negra na mídia*, Manuela Pinheiro Santos *et al.* (2017) afirmam que a mídia, em particular a televisiva, reforça estereótipos sobre as mulheres negras e os seus corpos. Os autores e as autoras, neste estudo, abordam a prática do racismo nestes veículos de comunicação e frisam que a invisibilidade da mulher negra, grupo composto por 50,2 milhões de brasileiras no ano de 2011², é reforçada no âmbito social e pela mídia, como consequência de uma sociedade racista. Avançando no pensamento, acrescentamos outras práticas clássicas de opressão, como o machismo, o sexismo, o classismo, o patriarcalismo, o colonialismo, o capacitismo, a LGBTfobia, a xenofobia e tantas outras que, numa interrelação não hierarquizada, se constituem como modos de dominação e de manutenção de desigualdades que afetam, sobretudo, as mulheres negras pobres do País.

Em relação ao poder social da imprensa, Alane Reis, Naiara Leite e Daniela Matos (2019), no texto *Feminicídio e Mídia: o racismo patriarcal e a morte das mulheres negras*, explicam que é possível perceber o potencial da mídia enquanto importante dimensão na formação de opiniões e visões de mundo. Isso porque

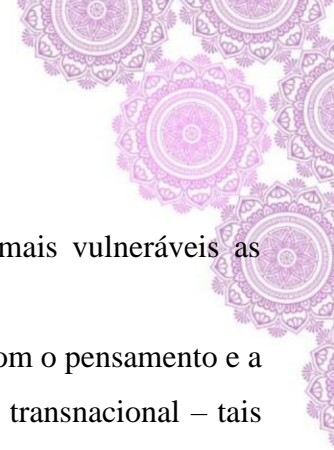
[...] a abordagem dada numa narrativa jornalística pode contribuir para a mobilização social em prol do combate à violência [de gênero, assim como] a solidariedade com às vítimas, como também pode estimular a naturalização da violência [...] (p. 7).

Além disso, as pesquisadoras, em seus estudos, investigam acerca dos imaginários forjados sobre as mulheres negras e concluem que são frutos de uma construção ideológica e cultural que

[...] embasadas na intersecção histórica entre o racismo e sexismo, são fundamentais para entender as representações negativas sobre as mesmas. A partir destes imaginários perpetuados, configurou-se culturalmente o lugar e o valor dado às mulheres negras no contexto social, contribuindo para a subalternidade, invisibilidade, coisificação e desumanização de mulheres negras (REIS; LEITE; MATOS, 2019, p. 7).

Este quadro de injustiça social reflete também as narrativas midiáticas racistas propagadas, segundo aponta ainda a pesquisa de Santos *et al.* (2017), pois raras são as ocasiões em que as mulheres negras são vistas como detentoras de saber e de conhecimento, de opiniões; raríssimos são os momentos nos quais são vistas como fontes fidedignas para matérias, entrevistas. Sendo assim, considero que, além do marcador de gênero e de classe, a coexistência do marcador racial nessas

² Dados estatísticos do IBGE/PNAD. Disponível em:
https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA30_ID122_19062017214709.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.



dinâmicas de opressão, neste caso dentro do campo midiático, torna ainda mais vulneráveis as mulheres negras.

Enfatizamos raça junto ao marcador social de gênero, pois confluímos com o pensamento e a produção de renomadas intelectuais do pensamento feminista negro nacional e transnacional – tais como Lélia Gonzalez, Patricia Hill Collins, Bell Hooks, Kimberlé Crenshaw, Carla Akotirene, Djamila Ribeiro, Winnie Bueno, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Angela Davis, entre inúmeras outras – para quem o feminismo hegemônico é branco e que, por se pretender universal, não contempla as mulheres negras, por exemplo, ignorando as suas especificidades e a sua condição de desigualdade e de exploração histórica em um contexto que ultrapassa as fronteiras brasileiras.

Este lugar de invisibilidade, coisificação, objetificação e desvalor dado às mulheres negras socialmente não é uma condição natural, mas, sim, uma tessitura colonial, europeia e racializada. O psicólogo Lev Vigotski (1999 apud CARRERA, 2020, p. 4) dá suporte para compreender essa ideia quando explica que “as imagens e os discursos [...] ajudam a produzir o espectro dos afetos à disposição para o aprendizado comportamental”, em outras palavras, esses afetos demonstrados, essa forma de se direcionar às e tratar as mulheres negras não é uma característica biológica, mas, sim, uma sustentação advinda dos “pilares do corpo, do intelecto e sobretudo da cultura”, que são sexistas, classistas e racistas.

Neste mesmo diapasão, Maria Luiza Mendonça (2006, p. 3), em seu artigo *Mídia e construção da identidade da mulher negra*, disserta acerca dos processos de construção e reafirmação de identidade por meio da atuação da mídia e mostra que “[essa narrativa midiática], ao longo dos anos, aumentou sua penetração nas sociedades, sua importância no conjunto da produção cultural e impôs seu ritmo acelerado na construção do imaginário social”, influenciando, criando e sustentando um imaginário cultural, geográfico, político e histórico sobre as mulheres negras.

Há, inclusive, um termo específico para abordar os estereótipos utilizados para se referir às mulheres negras na mídia hegemônica: imagens de controle ou *controlling images*. Segundo Patricia Hill Collins (2010 apud REIS; LEITE; MATOS, 2019, p. 8), socióloga e feminista afro-estadunidense, essas imagens são utilizadas para “mascarar o racismo, o sexismo, a pobreza e outras injustiças sociais, fazendo-os parecer naturais, normais e parte inevitável do cotidiano”, além de que “essas imagens, representações esparsas e fragmentadas da totalidade social, acabam construindo um todo coerente, o imaginário social”. E uma vez vistas como inevitáveis e naturais, essas situações de



injustiça e de opressão seguem se consolidando e ampliando suas raízes no imaginário cultural sexista e racista.

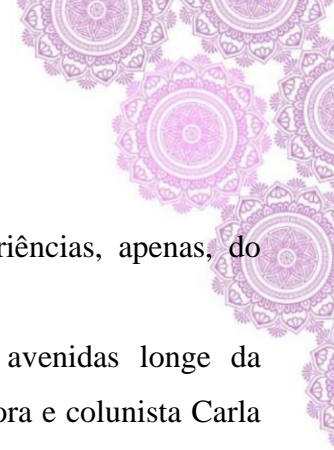
Retornando ao olhar intelectual brasileiro para o assunto em questão, a escritora e linguista Conceição Evaristo (2016), em seu primeiro livro de contos, *Insubmissas lágrimas de mulheres*, nos lembra que a condição das mulheres negras no Brasil está assentada numa sociedade que se pauta por “um sistema de dominação-exploração simbiótico que, a partir do advento da Modernidade, fundiu três elementos de opressão, o Patriarcado-Racismo-Capitalismo (SAFFIOTI, 1987 apud SOBRINHO, 2015, p. 11). É um sistema perverso e que tem, entre seus projetos, o genocídio, o silenciamento e o apagamento do povo negro; assim como de suas conquistas, de sua produção e de sua história.

Contudo e apesar dos percalços e das tiranias, o povo negro continua resistindo. E as mulheres negras avançam e lutam pela resignificação de suas vidas, suas memórias, sua atuação política e seu fazer social. Como sempre. É imprescindível e urge, pois, visibilizá-las, para reparar o apagamento de suas produções e seus saberes, as violências cotidianas (RIBEIRO, 2019), é preciso fazer ecoar suas vozes e oportunizar sua transformação social, cultural, política e histórica.

Um dos passos a serem dados nesse caminho é conhecer, reconhecer e fazer circular a produção e as iniciativas contra-hegemônicas, alternativas, antirracistas, feministas. Pelos motivos já expostos e a partir de noções de Teoria interseccional que desenvolvemos adiante, o objetivo aqui é analisar o episódio Drops #41 – A Raiva Que Nos Move, Com Winnie Bueno, que foi ao ar no dia 09 de junho de 2021 e que possui nove minutos de duração. Foi produzido pelo *Kilombas Podcast*, um programa feito por mulheres negras do Ceará para debater temáticas étnico-raciais e interseccional, onde debatem assuntos do cotidiano de mulheres negras, de dores e de afetos. O *Kilombas* é um refúgio, um quilombo virtual que orienta, acolhe, acalenta.

O QUE É A TEORIA INTERSECCIONAL?

Interseccionalidade ou Teoria interseccional é o estudo da intersecção de identidades e marcadores sociais, bem como de sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. Pensada como conceito da teoria crítica de raça, no ano de 1989, pela jurista, professora e intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo



caráter machista, oferecendo ferramentas metodológicas reservadas às experiências, apenas, do homem negro.

A Teoria interseccional mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal, como nos lembra a militante, pesquisadora e colunista Carla Akotirene, em *Interseccionalidade*, obra fundamental para compreender o conceito e a sua aplicação. Conforme a autora, são mulheres de cor, lésbicas, terciomundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações; trânsitos, estes, sempre dispostos a excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade.

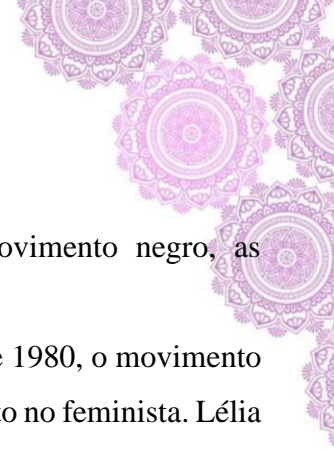
Tal conceito [, interseccionalidade,] é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros.

[...] visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância (WCAR), em Durban, na África do Sul, em 2001, a interseccionalidade conquista popularidade acadêmica. Luiza Bairos, administradora brasileira negra, edita a seção *Dossiê* da Revista Estudos Feministas, sobre a conferência, em que são publicados um texto de Crenshaw e outro de Maylei Blackwell, historiadora e ativista, e Nadine Naber, professora e ativista, ambas estadunidenses; no texto, Luiza lida com diferentes aspectos do conceito. Ela ocupa, anos depois, entre 2011 e 2014, a cadeira de ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Governo Dilma Rousseff.

Embora o termo tenha sido desenvolvido pela jurista negra norte-americana Crenshaw, em 1989, com foco nos marcadores de raça e gênero, a ideia das opressões cruzadas e indissociáveis de gênero, raça e classe já fazia parte do repertório discursivo de mulheres negras brasileiras desde os anos 1970 e 1980. Nesse período, muitas integrantes do que viria a se constituir como movimento autônomo começaram suas atividades, em uma dupla militância junto a coletivos de mulheres e de negros brasileiros, os quais reemergiram na década de 1970.

Entre elas, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Tereza Santos, Edna Roland, Luiza Bairos – mencionada anteriormente –, Matilde Ribeiro e Fátima Oliveira, mulheres fundamentais para a construção do pensamento e da prática feminista negra no Brasil. Elas se integraram a movimentos que se institucionalizaram partilhando uma ideia essencialista de igualdade:



no movimento de mulheres, raça era uma dimensão secundária, e, no movimento negro, as desigualdades de gênero eram ignoradas.

Com a retomada de mobilizações da sociedade civil, durante a década de 1980, o movimento de mulheres negras no Brasil ganha expressividade tanto no ativismo negro quanto no feminista. Lélia Gonzalez, já nesta década, indagava a sociedade e a academia, em particular, quanto às desvantagens e aos privilégios sobre o sexo – o termo *gênero* não era tão usual como nos debates atuais –, a raça e a classe.

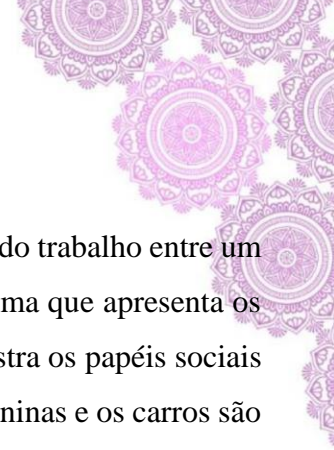
Aproveitamos o ensejo para ressaltar a potência que Lélia foi e continua sendo, mesmo após a partida de sua veste física, pois é figura de destaque na antropologia, na história, na sociologia, na política, na filosofia, no pensamento intelectual feminista negro. Pioneira nos estudos sobre cultura negra no Brasil, membra do Movimento Negro Unificado e co-fundadora do Instituto de Pesquisas Negras do Rio de Janeiro, desenvolveu conceitos essenciais para compreender a situação do povo negro e da mulher negra no país, como os estereótipos da *Mãe preta*, da *Doméstica* e da *Mulata*, bem como a *neurose cultural brasileira* e o *mito da democracia racial*. Para quem quiser se familiarizar com a escritora e com seus pensamentos, recomendamos fortemente a leitura de seu texto clássico *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, publicado em 1984.

Dissertando sobre a Teoria interseccional e o seu desenvolvimento nacional e transnacional, mostramos como os passos do povo negro e das mulheres negras vêm de longe, assim como a própria ideia de interseccionalidade como teoria crítica de raça. E reforçamos que o debate sobre interseccionalidade é primordial para compreender o contexto de luta de mulheres negras, uma vez que a tríade gênero-raça-classe, ainda hoje, ano de 2021, se apresenta como incontornável.

E essa tríade não pode ser analisada separadamente, visto que seu impacto sócio-político-cultural se faz de maneira conjugada. Em especial, as assimetrias advindas do entrecruzamento e da constituição recíproca de gênero, classe e raça podem ser entendidas como incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas.

O PODCAST ENQUANTO PEDAGOGIA CULTURAL

A mídia cumpre a função de moldar comportamentos, estimular desejos, despertar emoções, sentimentos e possui grande influência sobre os assuntos que farão parte das rodas de conversas das cidadãs e dos cidadãos. Pensar a mídia para além dos suportes nos faz problematizar suas narrativas, visto que os conteúdos que perpassam estes suportes, sejam eles visuais, sonoros ou híbridos acompanham o desenvolvimento das sociedades desde a sua criação.



O jornal impresso que por épocas pauta com suas manchetes os assuntos do trabalho entre um cafezinho e outro. As revistas que indicam os cortes de cabelo da moda. O cinema que apresenta os padrões de corpo e beleza por meio das estrelas. E a publicidade que sempre ilustra os papéis sociais preestabelecidos para homens e mulheres, ao mostrar que as bonecas são das meninas e os carros são dos meninos. Todos esses artefatos da comunicação educam, regulam condutas, subjetivam.

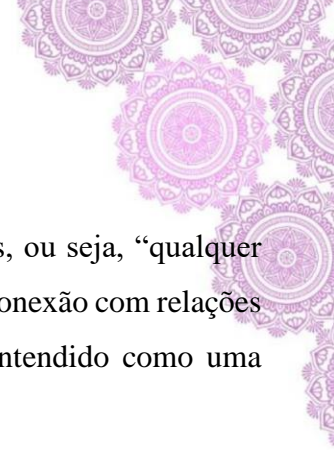
Assim como a Igreja, o Estado e a Medicina, a Mídia é uma instituição que disciplina a sociedade, ela faz parte desse sistema de atualização, manutenção e definição de padrões sociais e estereótipos negativos. Como bem definido por Patrícia Hill Collins (2019), as narrativas midiáticas difundem imagens de controle que inferiorizam e desumanizam as mulheres negras. Então, se os sujeitos aprendem por meio dos aparatos midiáticos, eles também podem se apropriar dessas mídias para subverter as lógicas de opressão.

Assim como os meios de comunicação hegemônicos vêm contribuindo desde a sua formação para a criação de estereótipos discriminatórios e cruéis, em jornais, programas televisivos, rádios, filmes, novelas, revistas, publicidades, esses mesmos meios podem ser utilizados por atores que não se sentem representados para construção de outras imagens e narrativas. Escritas próprias são veiculadas nas mídias e o contexto da comunicação digital tem possibilitado a criação de outros conteúdos educativos sobre feminismos negros, maternidades, interseccionalidades, questões étnico-raciais, representação midiática de mulheres negras, entre outros assuntos.

As pautas apresentadas por iniciativas de comunicação que buscam trazer assuntos que se aproximam do cotidiano das mulheres negras, em especial, convergem em direção à noção de pedagogia cultural. Neste artigo, tomamos a compreensão das autoras Wortmann e Marques (2021) que, ao analisarem o poder pedagógico do *Podcast Mamilos*, nos mostram como os sujeitos que escutam a programação aprendem a ser quem são na interação com o programa.

Assumimos o entendimento de que os discursos circundantes nas sociedades contemporâneas operam moldando os sujeitos [e as sujeitas] e promovem, constantemente, a sua inclusão/exclusão em determinadas classificações; isto é, os indivíduos aprendem a ser quem são, também, a partir dos artefatos culturais com os quais interagem e nos quais opera [...] (ANDRADE, 2016, p. 16 apud WORTMANN; MARQUES, 2021, p. 205).

Segundo as autoras, a cultura da mídia faz parte da formação dos sujeitos e das sujeitas e, nesse sentido, os artefatos da comunicação corroboram, junto com outras instituições, para a educação, regulação de condutas e subjetivação. A partir desse entendimento, as relações pessoais são moldadas tanto pelas instituições de educação tradicional, como as escolas, quanto pelas dimensões da vida cotidiana. Para Costa e Andrade (2015), os lugares pedagógicos são aqueles em



que o poder se organiza e se exerce como, por exemplo, nos textos midiáticos, ou seja, “qualquer instituição ou dispositivo cultural que, tal como a escola, esteja envolvido – em conexão com relações de poder – no processo de transmissão de atitudes e valores [...] pode ser entendido como uma pedagogia cultural” (COSTA; ANDRADE p. 845).

De acordo com as autoras, a mídia possui duas funções primordiais, que são de informar/entreter e de “formar” o público. Tomando essas noções sobre o papel dos meios de comunicação e de como eles podem ser apropriados pelos grupos historicamente silenciados para propagar narrativas próprias, argumentamos que o *Kilombas Podcast* é um canal que educa o público sobre as questões feministas, apresenta pautas antirracistas e fornece espaços às vozes daqueles que não encontram abertura nas mídias hegemônicas. Ao fazer convocações para a participação através de comentários do público em outras plataformas digitais, as criadoras do programa estabelecem conexões com ouvintes, o que demonstra o potencial pedagógico desse tipo de produção midiática.

O *Kilombas Podcast* ensina ao público ouvinte de forma acessível e democrática porque os conteúdos são disponibilizados em plataformas de livre acesso. Os assuntos abordados sobre feminismos negros e interseccionalidade vão ao encontro do pensamento de Hooks (1995) a respeito de práticas para uma educação feminista que transcendam outros suportes e linguagens. Para a autora, é preciso que o feminismo chegue a todas as mulheres, em especial, as mulheres de fora da academia, ou seja, as não letradas, das favelas, das comunidades rurais, dos presídios. E tal educação pode ser traduzida em diversos formatos, seja por meio da música, das artes plásticas, dos grafites e dos programas *podcast*.

KILOMBAS PODCAST

Como modo de se contrapor ao discurso dominante e ao discurso colonial, partimos do entendimento de que a imprensa alternativa, na qual a imprensa feminista negra se insere, é um forte indicador da densa produção de agentes civis desejosos e desejosas de transformação social por vias democráticas. Nesta seara, trazemos para análise o *Kilombas Podcast* (2019), um exemplo elucidativo no que diz respeito à aplicabilidade do conceito de Teoria interseccional na imprensa feminista negra cearense e brasileira.

Metodologicamente, continuaremos realizando uma análise descritiva recorrendo à noção de escrevivência de Conceição Evaristo (2008), nos implicando na escrita, inserindo nossas percepções

sobre o conteúdo considerando que, além de receptoras, também somos atravessadas por essa produção.

Agora, vamos à análise do objeto, a estação de rádio *Kilombas Podcast*, um programa feito por mulheres negras do Ceará para o debate de temas étnico-raciais³. Sales já ouvia falar do *Kilombas* desde o seu ingresso no Mestrado em Comunicação na UFC, contudo, ainda não havia escutado o programa até dia desses, quando surgiu a necessidade de escrever um artigo sobre a mídia feminista negra no Ceará. A partir disso, finalmente aterrada a sua pesquisa sobre representação das mulheres negras no jornalismo cearense que, há um tempo, pairava pelas leituras do pensamento e da prática feminista negra em contexto nacional e internacional. E, pelos estudos constantes sobre Teoria interseccional, feminismos negros e mídia, Sales e Nunes se deparam com o *Kilombas* como objeto que se encaixa bem a uma análise. E irão apresentá-lo.

Inspirado no livro *Memórias da Plantação*, da escritora portuguesa negra Grada Kilomba, o *Kilombas Podcast* é idealizado e produzido por uma equipe de três mulheres negras cearenses: as jornalistas Letícia Feitosa, 23, e Alice Sousa, 22, e a estudante de Arquitetura e Urbanismo Leíssa Feitosa, 19. É possível perceber o quanto são jovens, ativas e comprometidas com as pautas do feminismo negro, do racismo e das desigualdades sociais, e o quanto e como dão espaço para vozes geralmente silenciadas ou desvalorizadas pelos veículos hegemônicos. Achamos válido, ainda, destacar a atuação da Letícia para além do *Kilombas*, pois ela é colega de turma de Sales no Mestrado em Comunicação da UFC e transita nos espaços acadêmicos e profissionais.

Dando sequência a história do projeto, este é fruto do trabalho de conclusão do curso Dandara dos Palmares – Gênero, Raça e Etnia na Comunicação, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce), e dá início a sua programação em 2019, estreando com o episódio *Representatividade Negra na Mídia*, com a participação da jornalista Luizete Vicente, uma mulher negra especialista em Gestão Estratégica em Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Campinas. A conversa foi sobre o livro *Olhares Negros: Raça e Representação*, da escritora e ativista estadunidense Bell Hooks.

De 2019 para cá, a programação geral já conta com 48 episódios produzidos e disponíveis no Spotify e no Google Podcasts⁴, sendo os cinco últimos intitulados: *O que é racismo algorítmico?*;

³ Esta descrição do programa pode ser encontrada nos perfis do *Kilombas* na plataforma de streaming Spotify, no Twitter e no Instagram. Disponíveis em: https://open.spotify.com/show/0pN0feRNbeszJo6L1fcite?si=RYphjka4Tx-6qChhCK1z3A&dl_branch=1, <https://twitter.com/kilombaspodcast> e <https://www.instagram.com/kilombaspod/>.

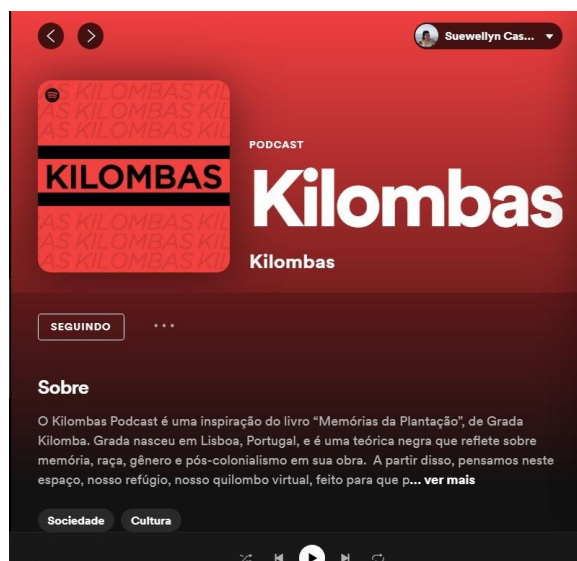
⁴ Disponível em:

<https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9mZWVkecy5zb3VuZGNSb3VkLmNvbS91c2Vycy9zb3VuZGNSb3VkOnVzZXJzOjczMzMDMDYzMi9zb3VuZHMucnNz>. Acesso em: 27 set. 2021.

Kilombas Comenta - é possível um jornalismo branco ser antirracista? (com Aldenora Cavalcante); Mulheres Pretas na Ciência; Kilombas Comenta - conversas de comadres na calçada (com Leila Germano); e Como denunciar crimes de injúria racial.

Para além da plataforma de *streaming* Spotify e do Google Podcasts, a equipe conta com outros canais de comunicação e difusão de seus conteúdos, como o Twitter (@kilombaspodcast) – que possui 375 *tweets* e 934 seguidores e seguidoras – e o Instagram (@kilombaspod) – com 210 publicações e 2.099 seguidores e seguidoras.

Figura 1 - Interface do Kilombas Podcast no Spotify



Fonte: Spotify, 2021

Uma vez que apresentamos aspectos mais gerais sobre o *Kilombas*, escolhemos nos debruçar sobre um episódio que nos desperta a atenção em particular, o *Drops #41 – A Raiva Que Nos Move, Com Winnie Bueno*⁵, que foi ao ar no dia 09 de junho de 2021. O podcast trata sobre ressignificar o uso da raiva, conforme Audre Lorde (2020), que nos move a organizá-la ante as violências estruturais e canalizá-las para a transformação da sociedade.

⁵ Disponível em:

https://open.spotify.com/episode/4LZrpd5gznpHnkjJAvYCo?si=Jc96Gt9iS0iIdrcU7WnhhA&dl_branch=1. Acesso em: 27 de set. 2021.

Figura 2 - Episódio 41: A Raiva Que Nos Move com Winnie Bueno



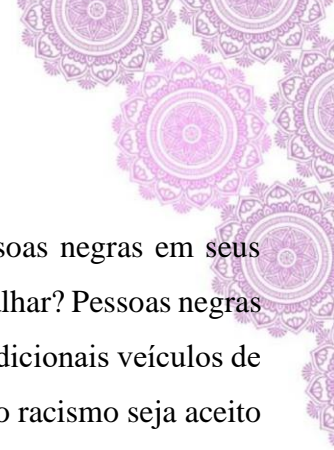
Fonte: Spotify, 2021

A raiva pode ser ressignificada e utilizada como mola propulsora para combater o racismo, pois, conforme nos diz Lorde (2020, p. 155), “mulheres que reagem ao racismo são mulheres que reagem à raiva; a raiva da exclusão, do privilégio que não é questionado, das distorções raciais, do silêncio, dos maus-tratos, dos estereótipos, da postura defensiva, do mau julgamento [...]”. Como reação ao racismo, a raiva

expressa e traduzida em uma ação a favor dos nossos ideais e nosso futuro é um ato de esclarecimento que liberta e dá força, pois é nesse processo doloroso de tradução que identificamos quem são nossos aliados, com quem temos sérias diferenças e quem são nossos verdadeiros inimigos. A raiva é repleta de informação e energia (LORDE, 2020, p. 160).

Nesse sentido, vale lembrar que o uso da raiva culturalmente é associado às mulheres negras como algo negativo, como uma postura reativa agressiva. Porém, para o movimento feminista negro, o uso da raiva é uma fonte de energia, de potência. E, ao dizer isso, relembramos de um episódio recente que aconteceu no programa Big Brother Brasil, veiculado pela TV Globo: uma participante negra, a cantora Karol Conká, foi taxada como mulher agressiva por suas posturas, sem entrar no mérito da questão; isso porque, se retomamos posturas de participantes brancas de outras edições, em mesmo nível ou até o extrapolando, podemos perceber que não houve punições ou linchamento público semelhantes ao da Conká.

E isso demonstra o quanto as mulheres negras são indesejadas, rejeitadas e vistas como não sociáveis; espera-se ansiosamente por seus deslizes. Certa vez, Sales escutou que a sociedade



racista está sempre à espreita, com o chicote na mão, pronta para açoitar pessoas negras em seus momentos de equívoco. Pessoas não podem falhar? Pessoas negras não podem falhar? Pessoas negras não são pessoas? Além disso, Audre Lorde (2020, p. 61) nos recorda que “os tradicionais veículos de comunicação não querem que as mulheres [...] reajam ao racismo. Querem que o racismo seja aceito como fato imutável da estrutura da nossa existência, como um anoitecer ou um resfriado comum”, ou seja, como algo simples, natural.

Winnie Bueno, mulher negra advogada e ativista feminista, fala acerca da visão negativa que se tem sobre o sentimento e o uso da raiva por mulheres negras:

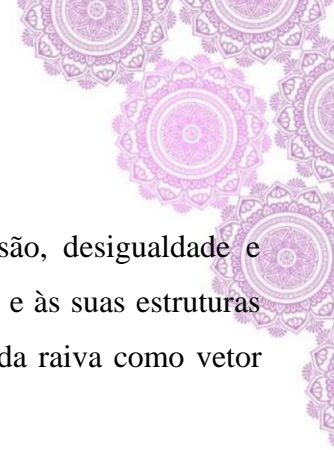
Quando a gente pensa especificamente a raiva, que é mobilizada por grupos que historicamente são despossados da sua possibilidade de viver, de sua possibilidade de humanidade, a raiva é um sentimento extremamente potente, a raiva é um catalizador; ela é uma resposta, uma reação. Então, quando a gente está respondendo a uma injustiça social, a raiva é uma potência (SPOTIFY, 2021).

Alice Sousa, ainda sobre a ideia de que as mulheres negras são raivosas, faceta e narrativa comuns do racismo, engata outra pergunta a Bueno: *de que forma podemos usar essa raiva de modo transformador na luta antirracista e feminista?*

As mulheres negras, retratar as mulheres negras como mulheres raivosas, a partir do que vamos chamar de imagens de controle, com a Patricia Hill Collins, é uma estratégia, que visa a manutenção do racismo como faceta biológica e é também uma estratégia de silenciamento. Então, quando a gente pensa a vida de mulheres negras e, ao mesmo tempo, exige que essas mulheres não sintam raiva da sua vida, da maneira como a sociedade as trata, e exige que essas mulheres não reajam, você facilita que o processo de subordinação, de violência e de silenciamento continuem (SPOTIFY, 2021).

Refletindo sobre este podcast, o *Drops #41 – A Raiva Que Nos Move Com Winnie Bueno*, recordamos de como as mulheres historicamente são alocadas nesses espaços imagéticos de doçura, amabilidade, maternidade, do papel doméstico e de cuidado. Interseccionando esse fato com o marcador racial, mulheres negras, como Sales, são as mais vitimadas com essa imagem de controle que as impõe o estereótipo da agressividade, do descontrole, da anti-intelectualidade. Suellynn lembra que, em inúmeros momentos de sua vida, aprendeu a controlar sentimentos e posturas sociais por medo de ser repreendida, constrangida, humilhada, discriminada, incompreendida. Nós, mulheres, fomos socializadas a não respondermos ou questionarmos as estruturas de opressão como machismo, sexismo, classismo, racismo, colonialismo, patriarcalismo, xenofobia e capacitismo.

A fala de Winnie Bueno conversa com Audre Lorde e nos orienta a não nos conformarmos com nem aceitarmos essas formas de desumanização, inferiorização e objetificação de nossas vidas



e nossos corpos; a usarmos a raiva como reação a essas formas de opressão, desigualdade e dominação. Desde muito, as mulheres negras nos ensinam a reagir ao racismo e às suas estruturas pelo viés desse sentimento, dessa indignação. Estamos de acordo com o uso da raiva como vetor mobilizador de transformação, de mudança social.

A partir dessa compreensão e dessa análise, percebemos que o *Kilombas Podcast* contribui como esse agente mobilizador de mudança social, ao dar espaço e visibilidade para sujeitos e sujeitas historicamente invisibilizados pela mídia tradicional e hegemônica; ao debater sobre racismo, negritude, jornalismo antirracista, mulheres pretas na ciência, injustiça racial, população negra e mercado de trabalho, enfim, com um conteúdo diversificado, engajado politicamente, e que intersecciona as vivências das mulheres negras.

O conteúdo do *Kilombas* se insere, inclusive, em uma perspectiva de educação antirracista porque, de maneira democrática e acessível⁶, consegue informar sobre assuntos que atravessam a Sales, a Nunes e a todos e todas que têm interesse em aprender sobre questões interseccionais tais como sexualidade, herança colonial, colorismo, poder transformador da arte, solidão da mulher negra, políticas públicas para população LGBTQIA+, branquitude, racismo estrutural, ancestralidade, maternidade, feminismos negros, representação e representatividade midiática, debates étnico-raciais e outras avenidas identitárias que se entrecruzam em nossas trajetórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Kilombas Podcast* cumpre com sua proposta de debater temáticas étnico-raciais e de promover um refúgio, um quilombo virtual onde se fala de assuntos do cotidiano que são caros à população negra, às mulheres negras. Conhecê-lo e analisá-lo foi importante para nós, pois o vemos como uma aplicação coerente e fidedigna da Teoria interseccional, uma vez que as pautas contempladas nos episódios do programa são reiteradamente interseccionadas.

Sales, como mulher negra, comunicadora, feminista, cearense e espectadora do programa, enxerga o *Kilombas* como uma potente ferramenta de aprendizado e de espelhamento, pois se sente afetada, representada e inspirada pelo projeto e por suas discussões antissexistas, anticlassistas, antirracistas e contra todos os tipos de opressão, desigualdade e dominação.

Por fim, lembramos que os passos das mulheres negras vêm de longe. E, com essa pesquisa, honramos a nossa ancestralidade e Lélia Gonzalez, Patricia Hill Collins, Bell Hooks, Kimberlé

⁶ Os episódios estão disponíveis gratuita e integralmente no Spotify e Google Podcasts.

Crenshaw, Carla Akotirene, Djamila Ribeiro, Winnie Bueno, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Angela Davis, assim como todas aquelas que desconhecemos e prepararam o chão que hoje pisamos. Nossa luta é por tempo indeterminado e persistirá até que todas e todos sejamos iguais e livres.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARRERA, Fernanda. **A raça e o gênero da estética e dos afetos**: algoritmização do racismo e do sexismo em bancos contemporâneos de imagens digitais. 2020. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_UPUHAMMTYQ2QYJ01PFO_30_8368_19_02_2020_18_39_19.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política de empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Marisa Vorraber; ANDRADE, Paula Deporte. Na produtiva confluência entre educação e comunicação, as pedagogias culturais contemporâneas. **Perspectiva**, UFSC, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 843 - 862, maio/ago. 2015, p. 843-862.

CULTNE. **Lélia Gonzalez** - Feminismo Negro no Palco da História. YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WxB3SVZ2tzk&t=700s>. Acesso em: 10 ago. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Ampocs, 1984.

HOOKS, Bell. Artistas mulheres: o processo criativo. In: PEDROSA, Adriano et al. (orgs.). **Histórias das mulheres, histórias feministas**: antologia, 1995.

KILOMBAS PODCAST. **Feito por mulheres negras do Ceará para o debate de temáticas étnico-raciais**. Fortaleza, CE. Instagram: @kilombaspod. Disponível em: <https://www.instagram.com/kilombaspod/>. Acesso em: 27 set. 2021.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins. **Mídia e construção da identidade da mulher negra**: a revista Raça. 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1626-1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

REIS, Alane; LEITE, Naiara; MATOS, Daniela. **Femicídio e Mídia**: o racismo patriarcal e a morte das mulheres negras. 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1823-1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; MARQUES, Cláudia Schneider. A maternidade e o Feminismo interseccional debatido no canal de podcast Mamilos. **Revista Ártemis**, v. 31, n. 1; jan-jun, 2021. pp. 203-221.